SIMON SCHWARTZMAN

Dinheiro jogado fora

Quando existe escola, e funciona bem, os pais não deixam de levar os filhos

Se o governo federal pretende mesmo gastar um monte de dinheiro colocando ponto eletrônico em centenas de milhares de escolas pelo Brasil afora, para verificar se as crianças do Bolsa-Família estão indo às aulas, vai ser um belíssimo negócio para quem emplacar o contrato. Mas não vai dar certo. E, se der, não vai servir para nada.

O Brasil tem cerca de 100 mil escolas em áreas rurais, onde estão as crianças mais pobres do programa. Metade dessas escolas tem 20 alunos em média e, possivelmente, somente uma professora sacrificada, além de péssimas instalações; e 88 mil estudantes não vão além da quarta série. Será que a prioridade é colocar relógios de ponto controlados por Brasília em cada uma delas?

Não há nada de errado no Programa Bolsa-Família como política de renda mínima, desde que os cadastros sejam razoáveis e não sejam usados para comprar votos. Se a família tem criança pequena, mais razão ainda para dar uma ajuda. Ninguém diz que as aposentadorias do INSS para o trabalhador rural são uma esmola, e é difícil entender por que um pequeno auxílio para famílias carentes com crianças não pode ser visto da mesma maneira.

Por outro lado, e apesar de tanto que se fala, os efeitos da Bolsa-Escola sobre a educação das crianças são muito duvidosos e, provavelmente, inexistentes, como mostram todas as avaliações sérias que já consegui encontrar. Basta pensar um pouco para entender.

Mesmo em famílias muito pobres, é muito raro que crianças entre 7 e 9 anos deixem de ir à escola por causa de dinheiro. Quando existe escola, e ela funciona bem, os pais não deixam de levar os filhos, como mostram as estatísticas: 98,3% das crianças de 9 anos matriculadas (Pnad de 2002). Aos 14 anos, a matrícula cai para 93,6%, mas aí, em muitos casos, a escola só tem cursos até a quarta série, ou a criança já a abandonou por dificuldades de aprender. Em 2001, o IBGE pesquisou as razões de faltar à escola, entre os matriculados. No decil de renda mais baixo, só 3,5% disseram que faltaram para trabalhar. Muito pior é a falta ou greve de professores, 11%. A principal causa é doença, 50%. Pode ser até possível obrigar essas crianças a ficarem na escola para ganhar a bolsa, mas continuarão tão semi-analfabetas quanto antes, se a escola não melhorar.

A conclusão é clara: para melhorar a educação é preciso melhorar as escolas e torná-las mais disponíveis, interessantes e atraentes para as crianças e suas famílias. Políticas de renda mínima são importantes em si mesmas, mas as tais "condicionalidades" precisam ser repensadas, e o dinheiro do ponto eletrônico será muito mais bem empregado se gasto no transporte escolar, na contratação e em melhores salários de professores e em tantas outras coisas mais úteis.

■ *Simon Schwartzman, sociólogo, é diretor-presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets)*
E-mail; simon@iets.inf.br